

## O jornal *Libertação* e o caminho da revolução: uma análise à luz dos pensamentos de Lênin e Gramsci

REGINA CÉLIA DAEFIOL\*

**Resumo:** Este artigo discorre sobre o papel do jornal como meio de organização e mobilização no interior das organizações revolucionárias de esquerda que atuaram no Brasil durante a ditadura militar (1964–1985). Para isso, analisa o jornal *Libertação*, criado e produzido pela Ação Popular (AP), uma das mais relevantes organizações da esquerda revolucionária que participaram da resistência ao regime. A análise fundamenta-se nas ideias do intelectual russo Vladimir Ilitch Lênin sobre o papel da imprensa revolucionária e o jornal como instrumento de organização e luta do proletariado, bem como nas reflexões do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci acerca do jornal proletário como instrumento político de ação contra-hegemônica da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar; Imprensa Revolucionária; Jornal *Libertação*; Ação Popular.

**The Newspaper *Libertação* and the path of revolution: an analysis in the light of the thoughts of Lenin and Gramsci**

**Abstract:** This article discusses the role of the newspaper as a means of organization and mobilization within the revolutionary left-wing organizations that operated in Brazil during the military dictatorship (1964–1985). To this end, it analyzes the newspaper *Libertação*, created and produced by Ação Popular (AP), one of the most prominent revolutionary leftist organizations that took part in the resistance against the regime. The analysis is based on the ideas of Russian intellectual Vladimir Ilyich Lenin regarding the role of the revolutionary press and the newspaper as an instrument of organization and struggle for the proletariat, as well as on the reflections of Italian Marxist philosopher Antonio Gramsci about the proletarian newspaper as a political tool for the counter-hegemonic action of the working class.

**Key words:** Military Dictatorship; Revolutionary Press; *Libertação* Newspaper; Ação Popular.



\* REGINA CÉLIA DAEFIOL é jornalista e historiadora. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, nas áreas de História Política e de História do Tempo Presente. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

## **Introdução**

No amplo leque de fontes disponíveis para o campo da História do Tempo Presente, aquelas produzidas pela imprensa ocupam lugar de destaque. Quando se trata de abordar o período da ditadura militar imposta ao Brasil a partir do golpe de Estado civil-militar de 1964, as fontes jornalísticas assumem uma posição de relevância. Em especial, as publicações clandestinas que atuaram como instrumentos políticos de organização, educação e mobilização das massas populares para a luta revolucionária. O objetivo é compreender o papel dessas publicações, que são produtos da imprensa revolucionária, na oposição e no enfrentamento ao regime autoritário.

O presente artigo tem como objeto de análise o jornal clandestino *Libertação*, criado em 1968 pela Ação Popular (AP)<sup>1</sup>, uma das mais significativas organizações da esquerda revolucionária que atuaram na resistência à ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970.

A partir das ideias do intelectual e líder revolucionário russo Vladimir Ilich Lênin sobre o jornal como organizador da luta proletária, e das reflexões do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci, que concebe o jornal proletário como instrumento político de ação contra-hegemônica da classe trabalhadora, este trabalho propõe uma reflexão sobre o papel desempenhado pelo *Libertação* na articulação das lutas de resistência da AP.

O surgimento do jornal *Libertação* ocorreu em um momento marcado por intensas disputas internas acerca do projeto político que a Ação Popular (AP) deveria adotar a partir daquele momento. Fundada em 1963, a partir de um projeto

socialista humanista, aliado ao desenvolvimento de uma ideologia própria, em 1968 a AP aderiu ao maoísmo, então concebido como a terceira fase do marxismo (Dias, 2021). A partir daí, passou a defender que a derrubada da ditadura militar deveria se dar por meio de uma guerra popular prolongada, liderada pelo operariado e inspirada na Revolução Chinesa. Com a queda do regime, um governo proletário assumiria o poder, preparando o terreno para a implantação do socialismo no Brasil — corolário do projeto político da organização.

O *Libertação* foi produzido e distribuído clandestinamente pela AP entre 1968 e 1975, tendo sido criado para substituir outro informativo da organização, o jornal *Revolução*. A escolha do nome do jornal remete à concepção da libertação nacional como a primeira etapa do processo revolucionário, que implicava na reafirmação da luta armada. Durante o período, os órgãos repressivos da ditadura realizaram diversas operações para localizar o local de impressão do jornal, sem sucesso. Segundo o jornalista Carlos Azevedo, editor do *Libertação*, manter o informativo em circulação por sete anos “foi uma façanha. Pelo que sei, foi o único jornal clandestino de vida relativamente longa que não foi destruído” (Azevedo, 2023).

A produção das matérias destinadas à publicação e a impressão do jornal eram realizadas mediante um rigoroso esquema de segurança, envolvendo um número restrito de pessoas. Inicialmente, a proposta era que o periódico circulasse de forma mais ampla; contudo, em virtude da vigilância exercida pelos órgãos repressivos, sua circulação foi limitada à militância e, por meio dela,

---

<sup>1</sup> A partir de 1971, a organização adotou a nomenclatura Ação Popular Marxista Leninista (APML) no bojo do processo de adesão ao

marxismo-leninismo, via maoísmo, que adiante será abordado de forma mais aprofundada.

atingia determinados setores do movimento de massas, especialmente o movimento operário. As principais funções do *Libertação* passaram a ser manter a coesão dos objetivos da Ação Popular nas dez regiões onde a organização atuava e orientar a militância no trabalho junto às massas, preparando-as para a luta revolucionária.

O jornal desempenhou importante papel nas estratégias de resistência e enfrentamento à ditadura militar por parte da Ação Popular. Constituiu-se simultaneamente em instrumento de articulação da luta política e em registro dos processos que levaram a transformações político-ideológicas da organização<sup>2</sup>, marcados por intensas disputas internas e expulsões de militantes. Um desses processos culminou na adesão da AP ao marxismo-leninismo, via maoísmo, e na consequente redefinição de seu projeto político.

### **Imprensa hegemônica x imprensa revolucionária**

Ao longo de um extenso período, a imprensa hegemônica brasileira manteve uma postura conivente com a ditadura militar, uma posição que não pode ser compreendida de forma simplista apenas pelo argumento das restrições impostas

pela censura. Assim como desempenhou um papel político decisivo na desestabilização do governo de João Goulart e na conspiração que culminou em sua deposição, com o golpe de Estado de 1964, a imprensa hegemônica colaborou ativamente com o regime, orientada pelos interesses variados dos grandes conglomerados empresariais do setor da comunicação.

A narrativa de resistência construída ao longo dos anos por esses veículos revelase fragilizada quando confrontada com documentos e relatos produzidos pelos próprios meios de comunicação. A relação entre a imprensa e os governos da ditadura foi marcada por longo período de apoio e cooperação, que somente foi interrompido diante do crescente volume de denúncias relativas aos crimes cometidos pelo regime, tornando insustentável qualquer tipo de respaldo. A morte do jornalista Vladimir Herzog, sob tortura, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, em 1975, representou um marco decisivo, pois a partir desse episódio tornou-se impossível ignorar a violência da repressão.

Uma pesquisa recente realizada por diversas universidades<sup>3</sup>, identificou empresas que colaboraram de forma ativa

---

<sup>2</sup> As transformações que a Ação Popular vivenciou não eram tratadas de forma direta pelo jornal *Libertação*, mas seu conteúdo deixava transparecer suas influências na atuação política da organização.

<sup>3</sup> A pesquisa *A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura* foi coordenada pela Universidade Federal de São Paulo, por meio do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp), em parceria com o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de São Paulo. Segundo consta na Apresentação do relatório final, o CAAF/Unifesp “construiu o projeto ‘Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura’, no âmbito do qual promoveu edital de seleção de projetos de

pesquisas para a investigação da colaboração de dez empresas com violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura, nove delas pré-selecionadas pelo MPF. Dessa maneira, a partir de outubro de 2021 e durante um ano e meio, dez equipes de pesquisa, com coordenações vinculadas a universidades de diferentes estados do Brasil, atuação em diversas áreas do conhecimento, e composição que variou entre seis e 22 pesquisadores/as, investigaram a colaboração das empresas Companhia Siderúrgica Nacional, Josapar, Folha de S. Paulo, Itaipu, Paranapanema, Fiat, Aracruz, Petrobras, Cobrasma e Cia Docas de Santos” (CAAF/UNIFESP, 2023, p. 7). Disponível em <<https://kavilando.org/images/stories/libros/InformePublico.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2025.

e direta com a ditadura militar, incluindo grupos de comunicação. Dentre eles, destaca-se o influente Grupo Folha, proprietário do jornal *Folha de S. Paulo*. Os documentos reunidos na pesquisa indicam que a colaboração do jornal com o regime foi significativamente maior do que se supunha anteriormente. Além de disponibilizar seus veículos para distribuição de jornais como cobertura em operações repressivas — muitas das quais resultaram em mortes e desaparecimentos de militantes da esquerda —, o Grupo Folha empregava policiais vinculados aos órgãos de vigilância tanto como prestadores de serviços de segurança quanto como redatores e repórteres.

Os pesquisadores envolvidos no estudo concluíram que, em virtude do apoio prestado ao regime de exceção, o Grupo Folha experimentou significativa expansão durante o período do chamado “milagre econômico”, compreendido entre 1968 e 1973, época em que o principal jornal do conglomerado manteve alinhamento com a ditadura militar e

passou a adotar uma posição mais explícita de apoio ao governo. Começou a praticar a autocensura de forma sistemática, a partir de um rígido controle interno, facilitado pela concentração do fluxo de informação na Agência Folhas. Em junho de 1972, a Agência passou para o comando de Luiz Carlos Rocha Pinto, que se tornou o principal interlocutor da empresa com os censores. Ele era contratado como jornalista da Folha, mas era também delegado da polícia civil. Rocha Pinto ficou na Agência até 1982 e, depois, foi trabalhar na área de circulação da Folha. Em 2005, ele já não trabalhava há mais de 10 anos para o jornal, mas continuava a receber salário integral. “Sou herói de guerra”, afirmou para explicar o

tratamento especial recebido pela empresa (CAAF/UNIFESP, 2023, p. 172).

Além do colaboracionismo direto de diversos veículos de comunicação por um período prolongado e significativo, a imprensa hegemônica manteve-se omissa diante das denúncias de violações dos direitos humanos cometidas pela ditadura militar, mesmo quando tais denúncias repercutiam na imprensa internacional. Jornais de grande relevância, como *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, sustentavam em editoriais que essas acusações tinham por objetivo difamar o regime (Kucinski, 1991). Essa postura somente começou a ser revista com o passar do tempo, diante da escalada da violência e dos crimes perpetrados pelos agentes do regime, que alcançaram níveis insustentáveis e fizeram do Brasil alvo de denúncias em organismos internacionais.

No polo oposto, situavam-se os informativos clandestinos. Essas publicações integravam a chamada imprensa revolucionária, que teve importante atuação na resistência à ditadura militar, sobretudo após a decretação do AI-5. Eram majoritariamente produzidas por organizações da esquerda revolucionária, como a Ação Popular, que atuavam na clandestinidade com o objetivo de derrubar o regime autoritário. Orientados por distintas vertentes ideológicas, esses informativos geralmente assumiam formatos de jornais e panfletos e, em sua maioria, eram produzidos em condições precárias, o que resultava em tiragens reduzidas, periodicidade irregular e vida útil curta. Diferentemente da realidade do jornal da Ação Popular, que tinha uma equipe editorial, uma periodicidade regular e, após dois anos de circulação, passou a ser impresso em *off-set*.

Uma característica dos informativos clandestinos era a adoção de um discurso explícito de propaganda político-ideológica, fundamentado nas concepções das organizações responsáveis por sua produção. Assim como observado no jornal *Libertação*, a maioria dessas publicações veiculava conteúdos ausentes na imprensa hegemônica e, em virtude de sua natureza, incompatíveis com os objetivos da imprensa alternativa que atuava dentro dos marcos da legalidade. Tratava-se de textos com forte carga ideológica, frequentemente de caráter formativo, que abordavam as ideias de pensadores como Karl Marx, Mao Tsé-Tung, Vladimir Lênin, Antonio Gramsci, entre outros, majoritariamente vinculados aos debates do ideário marxista.

Outra marca dos periódicos clandestinos era o registro e a valorização de ações de resistência, tanto das organizações de esquerda quanto de grupos sociais diversos — camponeses, operários, estudantes —, conferindo à informação uma função mobilizadora no enfrentamento à ditadura. A exemplo de outras publicações clandestinas vinculadas a organizações revolucionárias, o jornal da AP destacava a importância das ações de resistência e falava abertamente sobre a luta armada como caminho inevitável para a derrubada do regime militar.

Pelas condições em que eram produzidos e distribuídos, sob os olhares vigilantes da repressão, os impressos clandestinos apresentavam uma circulação mais restrita. Eram, de forma geral, distribuídos diretamente pela militância e, a partir dela, disseminados entre trabalhadores, estudantes e camponeses.

Esses periódicos constituíam-se como verdadeiros instrumentos de construção de uma “microrresistência” popular (Müller, 2010) voltada à corrosão cotidiana do regime e à mobilização da base social para a luta política.

Embora sua distribuição fosse limitada, essas publicações veiculavam um conteúdo que chamava a atenção dos órgãos repressivos, que frequentemente investiam esforços para desmontar suas redes de produção. No entanto, as estratégias adotadas pelas organizações dificultavam essa tarefa: os jornais eram produzidos em locais afastados e clandestinos — o que permitia maior flexibilidade e agilidade em situações de risco. Além disso, por circularem de forma manual e discreta — sendo entregues em portões de fábricas ou deixados em caixas de correio —, a repressão enfrentava dificuldades para rastrear os trajetos de distribuição.

O portal *Memorial da Democracia*<sup>4</sup> dedica espaço especial à memória da imprensa clandestina durante a ditadura, registrando que um

segmento importante da imprensa de resistência foi mantido pelas organizações políticas clandestinas de combate à ditadura. Trabalhando em condições precárias e sob rígidas normas de segurança, os jornais das organizações políticas eram alvo constante da perseguição movida pelos órgãos de segurança. Os jornalistas, gráficos e militantes, responsáveis por sua edição, impressão e distribuição corriam permanentemente o risco de prisão (Os clandestinos, on-line, s.n.).

---

<sup>4</sup> O Memorial da Democracia é um “museu virtual produzido pelo Instituto Lula com o objetivo de contribuir para o resgate da memória das lutas de nosso povo pela democracia, pela igualdade e

pela justiça social” (Disponível em <<https://www.memorialdademocracia.com.br/museu>>. Acesso em 10 jun. 2025).

A obra *As capas desta história: a imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período 1964-1979 (do golpe à anistia)* apresenta um levantamento dos principais jornais clandestinos que circularam durante os anos de regime militar. Entre as publicações destacadas figura o jornal *Libertação*, ao lado de veículos como *Voz Operária*, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); *A Classe Operária*, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); *Bandeira Vermelha*, do Movimento Comunista Internacional; *Revolução*, ligado à corrente do PCB liderada por Carlos Marighella; *O Guerrilheiro*, identificado como órgão dos chamados “grupos revolucionários”; e *Palmares*, vinculado à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), entre outros.

### **A imprensa revolucionária e a luta proletária**

Considerando que a Ação Popular se consolidou como uma organização revolucionária de orientação marxista-leninista a partir de sua adesão ao maoísmo, é possível analisar o jornal *Libertação* à luz do conceito de imprensa revolucionária. Com base nesse entendimento, é oportuno estabelecer um diálogo com as formulações de Vladimir Ilitch Lênin, intelectual marxista e líder revolucionário russo que dedicou parte expressiva de sua produção teórica à reflexão sobre o papel da imprensa na luta revolucionária, com destaque para o jornal como instrumento de organização e luta do proletariado. Como figura central da Revolução Russa, Lênin

foi a personalização e sistematizador da corrente teórica e prática do marxismo que não somente

consolidou a tomada de poder do Estado em seu país como alimentou as mais diversas experiências posteriores à sua própria. Não seria exagero, portanto, definir Lênin como o autêntico homem político do século XX [...] (Seoane, 2024, p. 10).

Lênin iniciou sua atividade política na Rússia entre o final do século XIX e o começo do século XX, período marcado por uma intensa “ascensão de movimentos de massa, de divulgação junto aos trabalhadores das ideias socialistas e de eclosões revolucionárias, em meio a crises econômicas, disputas geopolíticas e guerras” (Moraes, 2018, n.p.). Como crítico da imprensa conservadora, Lênin incorporou diversas concepções de Marx sobre o jornalismo em suas análises acerca da influência dos meios de comunicação na sociedade, refletindo também sobre o papel da imprensa revolucionária e as formas de organizar veículos alternativos frente à imprensa hegemônica. Para Lênin, a imprensa constituía um instrumento essencial para a consolidação do Partido Operário Social-Democrata Russo<sup>5</sup>. Na sua visão, a ausência de um meio de comunicação capaz de posicionar o partido diante das realidades sociais concretas tornaria inviável a condução da luta revolucionária.

É possível estabelecer uma analogia entre as concepções de Lênin e o papel desempenhado pelo jornal *Libertação* no seio da Ação Popular, em um momento crucial de reformulação de seu projeto político-ideológico, a partir da adesão ao maoísmo. Tal projeto não apenas reafirmou o caráter essencialmente revolucionário da organização, como também destacou a necessidade urgente

---

<sup>5</sup> O Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) nasceu em 1898, mas é considerado como seu marco fundador o Segundo Congresso do Partido, ocorrido em 1903, quando houve uma cisão entre os bolcheviques (majoritários, em

russo) os mencheviques (minoritários). A divisão resultou da disputa estabelecida entre Lênin e Julius Martov em torno dos principais pontos do programa do partido.

de organizar as massas para preparar o caminho da revolução. O jornal foi criado como um dos meios de cumprir essa tarefa e representou uma estratégia adicional de ação política junto às massas trabalhadoras, com a divulgação de conteúdos de formação política e de informações alternativas em contraposição à imprensa hegemônica.

Por meio do engajamento militante, o periódico alcançava, pelas mãos da militância da Ação Popular, as camadas populares, ampliando o impacto de sua mensagem e buscando fomentar não apenas o apoio, mas também a adesão à causa revolucionária. No contexto da redefinição da identidade e das estratégias de ação da AP, o *Libertação* funcionou como um instrumento de coesão da militância, fortalecendo sua atuação mobilizadora junto ao proletariado. Dessa maneira, o jornal pode ser compreendido segundo a ideia de “organizador coletivo” elaborada por Lênin.

O jornal não é somente um propagandista e agitador coletivo, mas também um organizador coletivo. Sobre esse último aspecto, se pode comparar o jornal com a estrutura de andaimes que envolve o edifício em construção mas permite adivinhar seus traços, facilita os contatos entre os construtores, lhes ajudando a subdividir o trabalho e a dar conta dos resultados gerais obtidos com o trabalho organizado. (LENIN, 1901.n.p.)<sup>6</sup>.

Dessa forma, pode-se reconhecer a relevância do jornal como um instrumento de mobilização da militância e, de maneira indireta, dos trabalhadores alcançados por meio dessa atuação. É pertinente estabelecer uma comparação

com as reflexões do líder revolucionário russo Vladimir Lênin acerca do papel fundamental do jornal nas atividades de um partido revolucionário. Conforme Lênin, um jornal poderia “fazer progredir sem cessar essa organização em profundidade e em largura [...] fiel aos princípios e abarcando os diversos aspectos da vida” (Lênin, 1984, p. 60-70, apud Moraes, 2018). O jornal teria também o poder de “concentrar todos os elementos de descontentamento e de protesto políticos para fecundar o movimento revolucionário do proletariado” (Lênin, 1984, p. 60-70, apud Moraes, 2018).

Lênin esteve diretamente envolvido na fundação e na direção de diversos jornais socialistas, cada qual com características distintas, porém alinhados à perspectiva da luta de classes. Entre as publicações mais relevantes estão *Pravda*, *Iskra*, *Vperiod*, *Proletari* e *Nievskaja Svesdá*, que desempenharam papel crucial ao “agregar as forças de esquerda, fazer agitação nas fábricas, aprofundar os debates ideológicos e construir o partido” (Borges, 2023, p. 5). Para Lênin, o estabelecimento de um jornal político com alcance nacional em toda a Rússia representava o passo inicial imprescindível para a edificação do partido do proletariado.

A criação desse veículo de comunicação, capaz de alcançar as classes trabalhadoras em escala nacional, era concebida por ele como uma tarefa essencial para fazer surgir e formar “não somente os propagandistas mais hábeis, mas também os organizadores mais provados, os chefes políticos mais capazes de saberem lançar no momento exato a palavra de ordem da luta decisiva e dirigir essa luta” (Lênin, 1901, n.p.).

---

<sup>6</sup> O trecho integra o artigo “Por onde começar”, escrito por Lênin em maio de 1901, publicado no jornal *Iskra*, edição n. 4. Disponível em <

<https://emdefesadocomunismo.com.br/por-onde-comecar/>. Acesso em 06 fev. 2025.

Tal atividade era, portanto, fundamental para estabelecer “as condições para uma prática política verdadeiramente revolucionária” (Bianchi, 2005, p. 2). Ademais, Lênin atribuía à imprensa revolucionária a missão primordial de combater as distorções do marxismo.

O jornal *Libertação* pode ser analisado sob a perspectiva de Lênin, por ter desempenhado a função de influenciar as massas, especialmente o operariado e o campesinato, setores nos quais a Ação Popular mantinha significativa atuação. O discurso veiculado pelo *Libertação* tinha como propósito não apenas informar, mas também influenciar politicamente os leitores para despertar a consciência de classe e a mobilização para a luta revolucionária. Ademais, o periódico possuía um caráter formativo, orientando a militância e as lideranças mais avançadas do proletariado, compatível com a visão de Lênin sobre a necessidade de formar agentes políticos hábeis, capazes de motivar e conduzir a luta da classe trabalhadora.

### **O papel contra-hegemônico do jornal proletário**

De maneira semelhante a Lênin, o filósofo marxista italiano Antonio Gramsci posicionou-se como um crítico contundente da imprensa hegemônica, a qual concebia como um aparato ideológico a serviço dos interesses da classe dominante. Ao longo de sua militância, Gramsci dedicou-se praticamente de forma contínua à atuação na imprensa de esquerda, sobretudo nos veículos vinculados aos partidos Socialista e Comunista da Itália (Moraes, 2020), onde publicou diversos artigos e debates sobre o tema. Em suas análises acerca da imprensa italiana no início do século XX, Gramsci conferiu aos jornais um status equiparável ao dos partidos políticos. Moraes explica essa posição do filósofo italiano afirmando que os jornais,

difundem concepções de vida e credenciam-se como órgãos de direção cultural, moral e política, sobrepondo-se, inúmeras vezes, a outros aparelhos privados de hegemonia, como partidos e entidades da sociedade civil. [...] Ele indica que, em momentos de crise do sistema representativo tradicional, os periódicos às vezes extrapolam sua função habitual de informar e têm um peso desproporcional na vida pública, inclusive interferindo nos processos de escolha de governantes, pressionando governos politicamente vulneráveis e se beneficiando de suas relações com o poder econômico e financeiro (Moraes, 2020, on-line, s.n).

Gramsci desenvolveu reflexões sobre a maneira como a imprensa hegemônica se mobiliza para enfrentar a organização da classe trabalhadora e sobre seu papel central na luta ideológica/de classes. No artigo *Os jornais e os operários* publicado em 1916, Gramsci escreveu:

Devemos reagir contra ela e lembrar ao trabalhador que avalie com precisão a realidade. É preciso dizer e repetir que aquela moeda jogada distraidamente na mão do jornalista é uma bala entregue ao jornal burguês que a lançará então, no momento certo, contra as massas trabalhadoras. Se os trabalhadores estivessem convencidos desta verdade muito elementar, aprenderiam a boicotar a imprensa burguesa com a mesma unidade e disciplina com que a burguesia boicota os jornais dos trabalhadores, isto é, a imprensa socialista. Não dêem ajuda financeira à imprensa burguesa que é a sua adversária: este deve ser o nosso grito de guerra neste momento que se caracteriza pela campanha de assinaturas levada a

cabo por todos os jornais burgueses.  
Boicote-os, boicote-os, boicote-os! <sup>7</sup>.

Gramsci atribuía ao jornal proletário um papel central como agente político e instrumento de ação contra-hegemônica da classe trabalhadora, sendo um instrumento de afirmação dos ideais e dos objetivos da luta dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que desvelava os mecanismos discursivos da ideologia dominante. O exemplo do periódico socialista *L'Ordine Nuovo* revela-se particularmente relevante para estabelecer um paralelo com a atuação do jornal *Libertação*. No *L'Ordine Nuovo*, Gramsci desempenhou a função de jornalista-militante em um contexto de intensa mobilização política e efervescência das manifestações operárias na Itália do início da década de 1920.

O jornal alinhou-se “à mobilização em torno das comissões de fábrica, que se constituíam em núcleos de organização da luta operária, dentro de uma estratégia compatível com as circunstâncias da sociedade italiana” (Moraes, 2013, on-line, s.n.). O *L'Ordine Nuovo* passou a desempenhar um papel fundamental na luta revolucionária, atuando em “sintonia moral, espiritual e política” (ibid.) com as causas do proletariado.

O caso do *L'Ordine Nuovo* possibilita estabelecer um paralelo com a atuação do jornal *Libertação*, especialmente no contexto das grandes greves operárias ocorridas no Brasil em 1968, que foram

as primeiras e mais expressivas manifestações da classe trabalhadora após o golpe civil-militar de 1964. Como já mencionado, a Ação Popular mantinha uma presença relevante no meio operário, o que permitia que o jornal alcançasse suas principais lideranças. Assim como o periódico dirigido por Gramsci desempenhou um papel estratégico na organização da luta operária na Itália dos anos 1920, o *Libertação* também exerceu uma função central na mobilização dos trabalhadores durante as mobilizações grevistas de 1968.

Dentre essas mobilizações, destaca-se a greve dos operários da indústria siderúrgica Belgo-Mineira, situada em Contagem, um importante polo industrial de Minas Gerais. Realizado em abril de 1968, esse movimento grevista foi o primeiro a ocorrer após a instauração da ditadura. No mesmo ano, durante uma assembleia que reuniu aproximadamente três mil trabalhadores, foi criado o Comitê Intersindical Antiarrocho, cuja finalidade era combater a política de arrocho salarial imposta pelo regime. Esse número de participantes, ao mesmo tempo em que surpreendeu as lideranças sindicais, também demonstrou “a disposição de luta da classe operária mineira. Mas esses sinais não foram plenamente compreendidos pelas direções sindicais e, poucos dias depois, eclodiu a primeira grande greve metalúrgica do pós-1964” (BUONICORE, 2018, n.p., on-line).

---

<sup>7</sup> “Bisogna reagire contro di essa e richiamare l'operaio all'esatta valutazione della realtà. Bisogna dire e ripetere che quel soldino buttato là distrattamente nella mano dello strillone è un proiettile consegnato al giornale borghese che lo scaglierà poi, al momento opportuno, contro la massa operaia. Se gli operai si persuadessero di questa elementarissima verità, imparerebbero a boicottare la stampa borghese con quella stessa compattezza e disciplina con cui la borghesia boicotta i giornali degli operai, cioè la stampa

socialista. Non date aiuti di danaro alla stampa borghese che è vostra avversaria: ecco quale deve essere il nostro grido di guerra in questo momento che è caratterizzato dalla campagna per gli abbonamenti fatta da tutti i giornali borghesi. Boicottateli, boicottateli, boicottateli!” (GRAMSCI, Antonio. **I giornali e gli operai. Avanti!**, ediz. Piemontese, 22 dicembre 1916. Disponível em <<https://www.resistenze.org/sito/ma/di/cg/mdcg/dn18-013769.htm>>. Acesso em 27 abr. 2024.

O movimento grevista de Contagem, que ganhou força à revelia dos sindicatos dirigidos por lideranças impostas pela ditadura, mereceu destaque na primeira edição do jornal *Libertação* como exemplo da forma como os trabalhadores deveriam agir para “combater a ditadura e o imperialismo dentro das fábricas” (Os trabalhadores já estão [...], 1968, p. 7). Os operários<sup>8</sup> cruzaram os braços no dia 16 de abril exigindo reajuste de 25% e melhoria das condições de trabalho, surpreendendo a ditadura e desafiando a legislação sobre greve imposta pelo regime<sup>9</sup>. A empresa ofereceu aos trabalhadores uma antecipação salarial de 10%, que foi rejeitada. No segundo dia, a greve foi declarada ilegal e a polícia ameaçou invadir a fábrica, o que acabou instigando o movimento, levando à adesão dos operários de duas outras indústrias, totalizando quase seis mil trabalhadores em greve<sup>10</sup>. Vale destacar que havia militantes da Ação Popular entre os líderes dos operários grevistas, que participaram ativamente da formação dos comitês de fábrica, responsáveis pelo incentivo e organização de greves livres, à revelia dos sindicatos dirigidos por indicados pela ditadura, em cada empresa.

---

<sup>8</sup> O jornal *Libertação* fala em 1.600 trabalhadores, outras publicações também atestam esse número, enquanto outras citam 1.200.

<sup>9</sup> No dia 1º de junho de 1964, o presidente Castelo Branco sancionou decreto-lei 4.330, que ficou conhecido como lei antigreve. O decreto determinava as regras para a realização de greves; eram tantas que, na prática, os movimentos grevistas ficaram inviáveis. Com base nessa lei, o jornal afirmará, em diversas edições, que a ditadura proibia as greves.

<sup>10</sup> Centro de Memória Sindical. **1968, da greve de Contagem ao AI-5. 11 dez. 2018.** Disponível em <<https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/1968-da-greve-de-contagem-ao-ai-5/>>.

Acesso em 10 maio 2025.

<sup>11</sup> O sindicato dos Metalúrgicos de Contagem estava sob intervenção do Ministério do Trabalho.

A cobertura realizada pelo jornal *Libertação* interpretava o movimento grevista como um processo de deslegitimação das lideranças sindicais aliadas do regime, ao mesmo tempo em que o apresentava como uma forma de insurreição operária contra a legislação imposta pela ditadura. Tal legislação visava, em essência, restringir a organização autônoma dos trabalhadores e reprimir manifestações grevistas.

Eles fizeram uma greve livre, sem pedir autorização ao Ministério do Trabalho. Uniram-se e, de surpresa, pararam completamente. O movimento foi tão bem organizado que surpreendeu completamente a direção da indústria, a polícia e também o pelego que é o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da região<sup>11</sup>. Com essa o pelego ficou desmoralizado (Jornal *Libertação*, 1968, p. 7, grifo do jornal).

Além da greve de Contagem, o primeiro número do *Libertação* destaca também uma passeata realizada em 4 de abril de 1968 por operários da cidade de Santo André, no ABC paulista, que reuniu “perto de três mil pessoas” e que “foi sabotada pelos pelegos dirigentes dos sindicatos” (1968, p. 6). Segundo a matéria, os dois acontecimentos

Integrando uma chapa de oposição, o operário Enio Seabra, ligado à Ação Popular, havia sido eleito, em 1967, presidente da entidade, mesmo após tentativas da Delegacia Regional do Trabalho de impugnar seu nome. Antes da posse da diretoria eleita, houve a intervenção do Ministério do Trabalho e Seabra, assim como outros três membros da chapa de oposição, foi destituído. Assumiu uma nova diretoria, que “não conseguiu se fortalecer suficientemente para jogar um papel mais decisivo nos acontecimentos vindouros. Mesmo assim sua posição não foi de neutralidade diante dos acontecimentos que abalariam Contagem” (BUONICORE, 2018, n.p., on-line). Depois, nas greves de Contagem de 1968, Enio Seabra acabou eleito líder do Comando de Greve.

demonstravam que os trabalhadores estavam encontrando formas de luta mesmo com as restrições legais impostas pela ditadura e da repressão violenta.

Quando estão verdadeiramente decididos a lutar contra a exploração e a opressão, os trabalhadores sentem a necessidade de se unirem e se organizarem. Para isso, eles procuram agrupar todos os trabalhadores em torno dos mais decididos, e sem os pelegos. E lutam bem, como ficou comprovado (Ibid., p. 7).

Em matéria publicada na edição nº 10, de outubro de 1968, o *Libertação* recorre a uma citação de Lênin para destacar a relevância das greves e das mobilizações reivindicatórias enquanto etapas preparatórias para a luta revolucionária mais ampla, de derrubada do regime ditatorial.

Porque, como diz Lênin, essa é a escola de guerra, que “dá aos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para lutar contra ele”, para, como vanguarda do povo, dirigir a luta para derrubar a ditadura, expulsar o imperialismo e construir um governo popular dirigido pelos operários, única forma de preparar o país para a construção do socialismo e acabar com a exploração (*Jornal Libertação*, p. 9, grifo do jornal).

As greves, portanto, foram colocadas pelo jornal como momentos de aprendizado essenciais para a criação das condições necessárias à luta revolucionária. Nos três exemplos mencionados, o jornal desempenha múltiplas funções ao se dirigir ao operariado: mobiliza, ao incitar e valorizar a força da organização proletária; conscientiza, ao denunciar a exploração e as restrições impostas aos direitos dos trabalhadores pelas normas

ditatoriais; e forma politicamente, ao posicionar as greves como verdadeiras escolas para a luta maior, destinada a derrubar o regime autoritário.

É possível, com base na perspectiva gramsciana, afirmar que, durante as greves de 1968, o periódico da Ação Popular funcionou como um instrumento de ação contra-hegemônica da classe trabalhadora, atuando como mobilizador dos movimentos grevistas que enfrentaram as limitações impostas pela ditadura.

### **Considerações finais**

A análise do jornal *Libertação* revela a importância singular da imprensa clandestina na resistência à ditadura militar imposta ao Brasil após o golpe de 1964. Contrapondo-se ao discurso da imprensa hegemônica, que colaborava com a ditadura e minimizava ou deturpava as denúncias de violações de direitos humanos, o jornal da Ação Popular pode ser compreendido como um instrumento político revolucionário.

O periódico representou, no contexto dos ideais políticos revolucionários da Ação Popular, um instrumento de articulação política e de mobilização popular pela derrubada da regime de exceção. Ancorado na concepção marxista-leninista de revolução proletária, o jornal buscava formar militantes e lideranças populares capazes de conduzir a luta contra a ditadura militar, com a disseminação de conteúdos políticos que fomentavam a consciência de classe e fortaleciam o projeto de guerra popular prolongada, adotado pela organização a partir da conversão ao maoísmo.

À luz das reflexões de Vladimir Lênin sobre o papel da imprensa revolucionária, especialmente do jornal, na realidade social e política, é possível afirmar que o *Libertação* se constituiu em um “organizador coletivo” da militância da

Ação Popular e dos setores mais avançados do movimento de massas. A partir do pensamento de Antonio Gramsci sobre a imprensa hegemônica como instrumento da classe dominante, é possível também atribuir ao periódico produzido pela Ação Popular o caráter de agente contra-hegemônico das classes trabalhadoras, por desvelar os mecanismos ideológicos que cerceiam a ação política das massas populares e ao impulsionar a organização e a mobilização dos trabalhadores contra as medidas autoritárias do regime.

O estudo do jornal *Libertação* permite escrutinar a atuação da imprensa revolucionária na resistência ao regime de exceção durante as décadas de 1960 e 1970. Cumprindo a função não apenas de difusor de informações, mas também de agente de organização, conscientização e mobilização das massas trabalhadoras, o jornal foi um dos instrumentos de consecução do projeto político da Ação Popular, que visava dotar as massas populares das condições necessárias para a guerra revolucionária de derrubada do regime, caminho incontornável para a implantação de um governo do proletariado e do socialismo no Brasil. Diante disso, podemos afirmar que o *Libertação* foi um ator político relevante na arena da luta contra o autoritarismo.

## Referências

### Fontes primárias

AZEVEDO, C. Entrevista concedida a Regina Célia Daefiol e Reginaldo Benedito Dias, Jul.-Ago. 2023.

JORNAL LIBERTAÇÃO, Número 1, Ano I, 1º de maio de 1968; Número 10, Ano I, 15 a 31 de outubro de 1968.

### Bibliografia

BIANCHI, A. Lenin e o jornal do partido, 2005. Disponível em < <https://www.pstu.org.br/lenin-e-o-jornal-do-partido/>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BORGES, A. Marx, Lênin, Gramsci e a imprensa. **Portal Grabois**, 05 maio 2023. Disponível em: <<https://grabois.org.br/2023/05/05/marx-lenin-gramsci-e-a-imprensa/>>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CAAF/UNIFESP. **A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura**. CAAF/Unifesp. 327. 2023.

DIAS, R. B. Histórias da AP: Estudos sobre as disputas pelos sentidos da história da Ação Popular (AP). São Paulo: Alameda, 2021.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

Memorial da Democracia. Os clandestinos. São Paulo. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/imprensa-resistencia#clandestinos>>. Acesso em: 10 junho 2025.

MORAES, D. A imprensa partidarizada a serviço do poder. **A terra é redonda**, set. 2020. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/quando-jornais-se-convertem-em-partidos/>>. Acesso em: 02 maio 2025.

MÜLLER, A. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. 267f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São. São Paulo-Paris, 2010.

SEOANE, M. B. **Lênin e a imprensa: o jornal como organizador coletivo da revolução proletária**. 2024. 99f. **Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. São Paulo, 2024.

Recebido em 2025-07-03

Publicado em 2025-12-29